



Climate  
Law & Policy  
Global Impact Partner

*Cartilha*  
ART TREES  
Salvaguarda C

Este documento não é o produto final do projeto.

# Créditos

Os relatórios foram viabilizados por uma bolsa da Fundação William e Flora Hewlett à Rainforest Foundation US e à Rainforest Foundation Norway, no âmbito do projeto intitulado "Garantindo a Integridade dos Mercados de Carbono no Financiamento de Soluções Baseadas na Natureza". Este projeto visa fornecer apoio a lideranças de organizações indígenas e de comunidades locais, capacitando-os para acompanhar as evoluções do mercado de carbono e a participar dos processos REDD+ em nível jurisdicional. Dessa forma, o projeto busca fortalecer um mercado de carbono de alta integridade para Soluções Baseadas na Natureza (NBS) no combate às mudanças climáticas, proporcionando benefícios econômicos, sociais e ambientais para os países e as comunidades locais produtoras dos créditos de carbono.

Os editores gostariam de expressar seus agradecimentos e reconhecimento às organizações que contribuíram com orientações para o desenvolvimento destes materiais:

Alianza Mesoamericana de Pueblos y Bosques (AMPB)

Associação dos Povos Ameríndios (APA)

Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSESP)

Global Justice Clinic/ New York University

Fotografia: Selva tropical. Crédito: Climate Law & Policy

# Objetivo e estrutura deste documento

O objetivo deste documento é oferecer uma compreensão clara do âmbito e abrangência desta salvaguarda e o que os Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais (PIPCTs) devem esperar dos processos liderados por governos nacionais e subnacionais ao demonstrar conformidade com os indicadores TREES sob esta salvaguarda.

A análise nele contida baseia-se na experiência prática dos autores e nas melhores práticas internacionais. Referências diretas do TREES serão devidamente citadas e destacadas em *itálico*.

Esta cartilha está dividida em duas seções e indagações associadas:

- **O que é a Salvaguarda 'C' do TREES e como ela protege PIPCTs?** Esta seção explicará o âmbito e abrangência desta salvaguarda e como ela reconhece e protege os direitos dos PIPCTs.
- **O que esperar ao demonstrar conformidade com a salvaguarda 'C' do TREES?** Esta seção explicará o que os PIPCTs devem esperar dos governos nacionais e subnacionais ao demonstrarem conformidade com os indicadores TREES sob esta salvaguarda.

# 1. O que é a Salvaguarda 'C' do TREES e como ela protege PIPCTs?

Como lembrete, a Salvaguarda C do TREES e em alinhamento com a Salvaguarda C de Cancun pede “*respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros das comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais, e observando que a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas*<sup>1</sup>”.

Esta salvaguarda tem três temas e examinamos sua abrangência:

- TEMA 3.1 Identificar povos indígenas e comunidades tradicionais, ou equivalentes.
- TEMA 3.2 Respeitar e proteger os conhecimentos tradicionais.
- TEMA 3.3 Respeitar, proteger e observar os direitos dos povos indígenas e/ou comunidades tradicionais, ou equivalentes.

## TEMA 3.1 Identificar povos indígenas e comunidades tradicionais , ou equivalentes.

Para tratar e acatar este tema, espera-se que os governos nacionais e subnacionais identifiquem onde os PIPCTs estão situados em correlação com o planejamento espacial para as ações de REDD+. O objetivo é evitar impactos adversos nos direitos dos povos indígenas, nas suas terras, territórios, recursos, e um primeiro passo é determinar onde estão situados.

Para tratar e acatar este tema também é importante considerar que os povos indígenas, como povos distintos, são iguais a todos os outros povos, mas têm um direito específico à autodeterminação, que deve ser reconhecido e respeitado de acordo com o direito internacional aplicável. O Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) definem o direito à autodeterminação como a capacidade de um povo prosseguir livremente o seu desenvolvimento econômico, social e cultural, dispor livremente das suas riquezas e recursos naturais e ter segurança nos seus meios de subsistência. A DNU DPI<sup>2</sup> afirma o direito dos povos indígenas à autodeterminação, bem como o direito à autonomia em questões relacionadas com os seus assuntos internos.

<sup>1</sup> <https://www.artredd.org/wp-content/uploads/2021/12/TREES-ESG-Safeguards-Guidance-Document-Aug-2021.pdf>

<sup>2</sup> Nota da Tradutora: Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos do Povos Indígenas

Além disso, a DNU DPI confere aos povos indígenas o direito de manter e fortalecer as suas instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais distintas, mantendo ao mesmo tempo o seu direito de participar plenamente - se assim o desejarem - na vida política, econômica, social e cultural do país.<sup>3</sup>

Deve ser garantido aos povos indígenas o direito de determinar se participarão ou não em ações de REDD+ e como serão essas ações em seus territórios. O respeito pelo direito à autodeterminação também exige que as iniciativas de REDD+ não interfiram no autogoverno dos povos indígenas e na gestão autônoma das suas terras, territórios e recursos. Relatórios<sup>456</sup> têm mostrado repetidamente que a conservação equitativa, que capacita e apoia a gestão ambiental dos PIPCTs, representa o principal caminho para a conservação eficaz da biodiversidade a longo prazo, especialmente quando apoiada em leis e políticas mais amplas.

## TEMA 3.2 Respeitar e proteger os conhecimentos tradicionais

Para tratar e acatar este tema, espera-se que os governos nacionais e subnacionais reconheçam, respeitem e protejam os conhecimentos tradicionais e o patrimônio dos PIPCTs no contexto da concepção e implementação de ações de REDD+. O conhecimento dos PIs e das CL no direito internacional é frequentemente referido no contexto do patrimônio cultural imaterial, ou dos conhecimentos tradicionais específico transmitido de geração em geração nas comunidades de PIPCTs<sup>7</sup>.

Como resultado, o conhecimento dos PIPCTs no direito internacional dos direitos humanos abrange desde a proteção e o reconhecimento das tradições orais até aos conhecimentos tradicionais relevantes para os recursos genéticos presentes na alimentação e na agricultura. Caracteriza-se pela continuidade de um tipo de conhecimento ao longo do tempo ou entre gerações. Alguns exemplos de conhecimento dos PIPCTs que serão particularmente relevantes para serem reconhecidos, respeitados e protegidos e considerados na concepção e implementação de ações de REDD+ são o conhecimento da medicina tradicional e das ervas, o conhecimento e a prática dos meios de subsistência florestais tradicionais ligados à conservação, o conhecimento sobre recursos genéticos vegetais, conhecimento sobre o valor espiritual das florestas e conhecimento sobre flora e fauna.

<sup>3</sup> DNU DPI, Artículos 3-5.

<sup>4</sup> Dawson, N. M., B. Coolsaet, E. J. Sterling, R. Loveridge, N. D. Gross-Camp, S. Wongbusarakum, K. K. Sangha, L. M. Scherl, H. Phuong Phan, N. Zafra-Calvo, W. G. Lavey, P. Byakagaba, C. J. Idrobo, A. Chenet, N. J. Bennett, S. Mansourian, and F. J. Rosado- May. 2021. The role of Indigenous peoples and local communities in effective and equitable conservation. *Ecology and Society* 26 (3):19. <https://doi.org/10.5751/ES-12625-260319>

<sup>5</sup> WWF, UNEP-WCMC, SGP/ICCA-GSI, LM,TNC , CI, WCS, EP, ILC-SC, CM, IUCN, The State of Indigenous Peoples' and Local Communities' Lands and Territories: A technical review of the state of Indigenous Peoples' and Local Communities' lands, their contributions to global biodiversity conservation and ecosystem services, the pressures they face, and recommendations for actions Gland, Switzerland (2021)

<sup>6</sup> <https://climatefocus.com/wp-content/uploads/2022/06/Sink-or-swim-IPLC-lands-and-NDCs.pdf>

<sup>7</sup> <https://www.iied.org/why-traditional-knowledge-indigenous-peoples-rights-must-be-integrated-across-new-global>

## TEMA 3.3 Respeitar, proteger e observar os direitos dos povos indígenas e/ou comunidades locais, ou equivalentes

Para tratar e acatar este tema, espera-se que os governos nacionais e subnacionais reconheçam e promovam o pleno respeito pelos direitos humanos dos povos indígenas, tal como reconhecidos pela lei aplicável, incluindo, entre outros, os seus direitos à autodeterminação, as suas terras, recursos e territórios, meios de subsistência e culturas tradicionais. Na prática, isto significa que as ações de REDD+ devem ser concebidas e implementadas em alinhamento com as proteções internacionais aplicáveis aos PIPCTs, incluindo a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas – que é universalmente aplicável.

Neste sentido, e em alinhamento com este tema, espera-se que os governos nacionais e subnacionais reconheçam que os povos ou comunidades indígenas têm o direito de desfrutar e exercer os seus direitos humanos sem discriminação, e que a relação especial que os povos indígenas têm com as suas terras, territórios, recursos e património cultural são essenciais para a sua sobrevivência física, espiritual e cultural.

## 2. O que esperar ao demonstrar conformidade com a salvaguarda 'C' do TREES?

Esta seção irá explicar o que os PIPCTs devem esperar dos governos nacionais e subnacionais ao demonstrarem conformidade com os indicadores TREES sob esta salvaguarda. Observe que o documento Diretrizes sobre as Salvaguardas do TREES fornece uma lista prescritiva dos requisitos do Organismo de Validação e Verificação (OVV) para o fornecimento de informações sobre cada salvaguarda<sup>8</sup>. Em vez disso, esta seção destina-se a fornecer uma compreensão clara aos PIPCTs dos tipos de informação que devem esperar ver dos processos liderados pelos governos nacionais e subnacionais ao demonstrarem conformidade com os indicadores TREES sob esta salvaguarda, e que são mais relevantes para eles.

Como lembrete, em cada tema o TREES tem três tipos de indicadores com os quais os governos nacionais e subnacionais precisariam demonstrar conformidade. As diretrizes do TREES afirmam o seguinte em relação a cada tipo de indicador:

- **Indicadores Estruturais:** *demonstram que mecanismos de governança relevantes (por exemplo, políticas, leis e arranjos institucionais) estão em vigor no país ou na(s) jurisdição(ões) aplicável(eis) para garantir que a concepção e implementação de ações de REDD+ sejam feitas de acordo com o tema de salvaguardas relevante. Esses acordos podem fazer parte do quadro jurídico nacional ou subnacional ou podem ser acordos específicos de REDD+.*<sup>9</sup>
- **Indicadores de Processo:** *demonstram que existem processos, procedimentos ou mecanismos apropriados para promulgar e fazer cumprir as disposições descritas no indicador Estrutural.*<sup>10</sup>
- **Indicadores de Resultados:** *demonstram que os resultados da implementação de cada tema estão sendo monitorados. Para o indicador de resultados para todos os temas, os participantes terão de identificar e descrever os parâmetros de monitorização selecionados, incluindo a forma como um resultado bem-sucedido é definido, os métodos de monitoramento a serem utilizados e um resumo dos dados recolhidos. Se a análise dos dados não indicar um resultado positivo, deverá ser incluída uma descrição de como os mecanismos de governança ou os processos, procedimentos ou mecanismos de apoio (indicadores de estrutura ou de processo) serão modificados.*<sup>11</sup>

<sup>8</sup> <https://www.artredd.org/wp-content/uploads/2022/01/TREES-Val-and-Ver-Standard-v2-Dec-2021.pdf>

<sup>9</sup> <https://www.artredd.org/wp-content/uploads/2021/12/TREES-ESG-Safeguards-Guidance-Document-Aug-2021.pdf>

<sup>10</sup> *ibid*

<sup>11</sup> *Ibid*

## TEMA 3.1 Identificar povos indígenas e comunidades locais, ou equivalentes.

Com base nas melhores práticas internacionais, os PIPCTs devem esperar ver as seguintes informações relevantes dos processos liderados pelos governos nacionais e subnacionais ao demonstrarem conformidade com cada um dos indicadores TREES neste tema:

### **Indicadores Estruturais**

- Uma lista completa dos arranjos legais, políticos e/ou regulatórios em vigor e procedimentos associados relacionados, no todo ou em parte, a este tema, que se aplicam à concepção e implementação de ações de REDD+.
- Uma lista completa de tratados, convenções e acordos internacionais relevantes ratificados e pertinentes a este tema (ou seja, relacionados a direitos humanos e PIPCTs).
- Descrição de como os arranjos legais, políticos e/ou regulatórios identificados estão alinhados com convenções e acordos internacionais relevantes e ratificados
- Descrição de como os arranjos legais, políticos e/ou regulatórios identificados se aplicam ao desenho e implementação de ações de REDD+, com o objetivo de garantir a identificação e autodeterminação de PIPCTs.

### **Indicadores de Processo**

- Uma análise completa das instituições públicas relevantes em vigor para as ações de REDD+ e mandatos associados relevantes para este tema.
- Descrição de quaisquer processos e procedimentos executados em relação a este tema, em particular, quaisquer atividades/processos realizados para identificar PIPCTs em correlação com o planejamento espacial das ações de REDD+.

### **Indicadores de Resultados**

- Descrição e evidência de como a identificação de PIPCTs foi conduzida em correlação com o planejamento espacial das ações de REDD+ e em alinhamento com seu direito à autodeterminação.

## TEMA 3.2 Respeitar e proteger os conhecimentos tradicionais

Com base nas melhores práticas internacionais, os PIPCTs devem esperar ver as seguintes informações relevantes dos processos liderados pelos governos nacionais e subnacionais ao demonstrarem conformidade com cada um dos indicadores TREES neste tema:

### **Indicadores Estruturais**

- Uma lista completa dos arranjos legais, políticos e/ou regulatórios em vigor e procedimentos associados relacionados, no todo ou em parte, a este tema, que se aplicam à concepção e implementação de ações de REDD+.
- Lista de tratados, convenções e acordos internacionais relevantes a este tema.
- Descrição de como os arranjos legais, políticos e/ou regulatórios identificados estão alinhados com convenções e acordos internacionais relevantes e ratificados
- Descrição de como os arranjos legais, políticos e/ou regulatórios identificados se aplicam ao desenho e implementação de ações de REDD+, com o objetivo de garantir o respeito e proteção aos conhecimentos tradicionais.

### **Indicadores de Processo**

- Uma análise completa das instituições públicas relevantes em vigor para as ações de REDD+ e mandatos associados relevantes para este tema.
- Descrição de quaisquer processos e procedimentos executados em relação a este tema, em particular quaisquer atividades/processos realizados para proteger e respeitar os conhecimentos tradicionais para PIPCTs.

### **Indicadores de Resultados**

- Descrição e evidência de como as ações de REDD+ foram concebidas e implementadas em correlação com o reconhecimento e proteção dos conhecimentos tradicionais.

## TEMA 3.3 Respeitar, proteger e observar os direitos dos povos indígenas e/ou comunidades locais, ou equivalentes

Com base nas melhores práticas internacionais, os PIPCTs devem esperar ver as seguintes informações relevantes dos processos liderados pelos governos nacionais e subnacionais ao demonstrarem conformidade com cada um dos indicadores TREES neste tema:

### **Indicadores Estruturais**

- Uma lista completa dos arranjos legais, políticos e/ou regulatórios em vigor e procedimentos associados relacionados, no todo ou em parte, a este tema, que se aplicam à concepção e implementação de ações de REDD+.
- Lista de tratados, convenções e acordos internacionais relevantes ratificados e pertinentes a este tema.
- Descrição de como os arranjos legais, políticos e/ou regulatórios identificados estão alinhados com convenções e acordos internacionais relevantes e ratificados
- Descrição de como os arranjos legais, políticos e/ou regulatórios identificados se aplicam ao desenho e implementação de ações de REDD+, com o objetivo de garantir o respeito e proteção dos direitos de PIPCTs.

### **Indicadores de Processo**

- Uma análise completa das instituições públicas relevantes em vigor para as ações de REDD+ e mandatos associados relevantes para este tema.
- Descrição de quaisquer processos e procedimentos executados em relação a este tema, em particular quaisquer atividades/processos realizados para reconhecer, proteger e respeitar os direitos de PIPCTs.

### **Indicadores de Resultados**

- Descrição e evidência de como as ações de REDD+ foram concebidas e implementadas em correlação com o reconhecimento, proteção e respeito pelos direitos dos PI e CLs. Por exemplo, como os impactos (positivos e negativos) para os PIPCTs foram identificados (bem como prevenidos e/ou mitigados - conforme relevante) no contexto da concepção e implementação das ações de REDD+.